



Resposta à interpelação escrita apresentada por Chan Melinda Mei Yi, Deputada da Assembleia Legislativa

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, apresento a seguinte resposta à interpelação escrita apresentada pela Deputada Chan Melinda Mei Yi, em 19 de Dezembro de 2016, enviada a coberto do ofício n.º 1156/E904/V/GPAL/2016 da Assembleia Legislativa e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 28 de Dezembro de 2016:

1. No que diz respeito ao desenvolvimento futuro dos mercados e vendilhões de Macau, o IACM levará a cabo, no segundo semestre do corrente ano, a consulta pública sobre a “Lei relativa ao regime de gestão dos mercados públicos” e a “Lei relativa ao regime de gestão dos vendilhões” e incumbirá entidade académica de proceder ao inquérito da consulta pública, para auscultar as opiniões dos diferentes interessados do território e sondar a consciência da sociedade, procedendo, a seguir, à alteração da respectiva legislação, com o objectivo de clarificar a posição do sector e o modelo de gestão.

2. No âmbito da exploração dos mercados, centros de comidas e zonas de vendilhões, o IACM fornece as instalações fundamentais e equipamentos de fornecimento de água e electricidade das bancas e responsabiliza-se pela reparação e manutenção dos espaços públicos e instalações do edifício, assumindo as despesas de limpeza, segurança, água e electricidade dos



locais em causa. O Governo da RAEM publicou a isenção, a partir do ano de 2005, das taxas de renda e licença, a fim de apoiar, através da redução do custo de exploração, o negócio dos vendilhões e elevar a sua competitividade. Através das medidas acima referidas, do custo de exploração dos vendilhões fazem parte, actualmente, as despesas de água e electricidade da banca e as de aquisição e manutenção de equipamentos. Além disso, o IACM permite ao explorador recrutar trabalhadores, para satisfazer as necessidades de recursos humanos e espera que se consiga, no processo da consulta pública sobre a “Lei relativa ao regime de gestão dos mercados públicos” e a “Lei relativa ao regime de gestão dos vendilhões”, auscultar as valiosas opiniões dos cidadãos, vendilhões e sectores da sociedade sobre o modelo da exploração de vendilhões, de forma a satisfazer o desenvolvimento urbano e atrair mais consumidores para fazerem compras.

3. O IACM preocupa-se com o envelhecimento dos mercados pelo seu longo uso e já lançou, ordenadamente, os trabalhos de reordenação e remodelação de parte dos mercados antigos, para neles optimizar o ambiente e as instalações. Em relação aos mercados antigos históricos, como o Mercado Almirante Lacerda (Mercado Vermelho) e Mercado da Taipa, o IACM pondera, nomeadamente, a manutenção das instalações e a optimização das infra-estruturas, a fim de melhorar o ambiente para fazer compras e exploração nos mercados. Como, por ex., a área de venda das aves de capoeira, hortaliças, tofu e mercearia do Jardim do Mercado



Almirante Lacerda, com a conclusão da remodelação e reordenação de bancas, fica mais confortável e com luz suficiente. Sobre o planeamento da reordenação do Mercado da Taipa, irá instalar o elevador, para aperfeiçoar o ambiente para fazer compras sem barreiras. O IACM continua a disponibilizar mais recursos de forma razoável para otimizar, passo a passo, as instalações existentes nos mercados, bem como transformar os mercados com condições de reconstrução em complexos municipais e construir auto-silos e instalações de serviços, articulando-os, entretanto, com o desenvolvimento urbano e satisfazendo as necessidades quer do público quer do sector.

Aos 12 de Janeiro de 2017.

O Presidente do Conselho de Administração

(Vide original da assinatura)

José Tavares